

Parecer nº 212/99

Data: 1999.12.15

Processo nº 784

Requerente: Manuel de Oliveira Cardoso

Requerido: Câmara Municipal de Gondomar

1. Manuel de Oliveira Cardoso vem apresentar queixa do indeferimento pela Câmara Municipal de Gondomar ao requerimento que apresentou para consulta de um processo de obras por não ter provado interesse legítimo.

Esta Comissão tem competência para apreciar as queixas apresentadas pelos interessados relativas ao regime de acesso aos documentos administrativos de acordo com o artigo 20º/1/b da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), alterada pelas Leis nºs 8/95, de 29 de Março, e 94/99, de 16 de Julho.

2. Em primeiro lugar há que apurar qual a natureza dos documentos pedidos.

Como noutros pareceres se entendeu, os processos de obras integram em regra documentos não nominativos por serem desprovidos de dados pessoais («informações sobre pessoa singular, que contenham apreciações, juízos de valor ou abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada»).

Nem todos os processos de obras respeitam a pessoas singulares e quando isso sucede os dados constantes desses documentos não visam apreciar ou ajuizar indivíduos ou tão-pouco revelar a intimidade da sua vida privada.

Assim, em princípio todos os documentos constantes de processos de obras são de livre acesso (artigo 7º/1).

Este princípio geral de livre acesso aos documentos administrativos não afasta certas limitações resultantes da lei, como a que veda a utilização de informações com desrespeito dos direitos industriais e de autor (artigo 10º/2).

Tratando-se de documentos administrativos não nominativos, a Administração deve facultar o exercício do direito de acesso pelos interessados sem exigir a demonstração ou sequer a invocação de qualquer interesse específico.

3. O requerente considera interesse legítimo «qualquer interesse atendível» e pergunta se isso não acontece no caso de um cidadão desejar conhecer as razões que justificaram a aprovação de um processo de obras que, em seu entender, pode violar o loteamento aprovado para o local e o Plano Director Municipal.

Não cabe a esta Comissão pronunciar-se especificamente sobre a legitimidade no procedimento administrativo, bastará aqui descortinar se o requerente tem direito de acesso aos documentos que identificou.

Todavia, há que saber se o processo a que respeitam os documentos já se encontra concluído ou se os documentos em causa são preparatórios de uma decisão (artigo 7º/4). Nesse caso, o acesso seria diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou decurso de um ano após a sua elaboração.

Por aquilo que é indicado já terá sido tomada decisão procedimental, além de que os documentos terão sido produzidos há mais de um ano, como se infere da referência de ano constante do nº do processo. Assim, o acesso não pode ser protelado com tal justificação.

4. Nos termos expostos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos é de parecer que Manuel de Oliveira Cardoso, como qualquer outra pessoa, tem direito de acesso ao processo de obras por si identificado por conter documentos não nominativos, pelo que o Município de Gondomar não deve exigir a prova de interesse legítimo para aquela pretensão nos termos do artigo 7º/1 da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

Notifique-se.

Lisboa, 15 de Dezembro de 1999.

Renato Gonçalves (Relator) – Silva Marques – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Gameiro dos Santos – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)